

## CORDENADORIA GERAL DE CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS

### EDITAL Nº 069/2015–COGEPS

#### PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS RECURSOS CONTRA OS RESULTADOS DA PROVA ESCRITA (OBJETIVA) DO 2º PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS2-2015 PARA CONTRATAÇÃO DE AGENTES UNIVERSITÁRIOS POR PRAZO DETERMINADO.

O Coordenador Geral de Concursos e Processos Seletivos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais e considerando os gabaritos provisórios publicados pelo Edital nº 067/2015-COGEPS, de 26 de outubro de 2015;

#### TORNA PÚBLICO:

O resultado da análise dos recursos contra os resultados da **Prova Escrita (Objetiva)** do 2º Processo Seletivo Simplificado – **PSS2-2015** para contratação de Agentes Universitários por Prazo Determinado, conforme descrito a seguir:

#### NÍVEL SUPERIOR

##### 1.1 MATÉRIA: PORTUGUÊS

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
01	( ) Invalidar	(X) Manter	( ) Alterar
<b>Recurso 01:</b> Na questão 1, a resposta solicitada pelo enunciado, é a relação produzida no texto, entre saúde e tecnologias, no caso a letra D, está correta, pois no final do texto é citado que o acesso à tecnologia deve partir do "empoderamento das pessoas na gestão da saúde", e cita num exemplo que devido isso, poderia permitir o automonitoramento. No entanto, a letra A também traz uma relação com o texto quando é citada a frase dita por Barbosa "Ainda não utilizamos adequadamente tecnologias disponíveis há algumas décadas". Portanto essas duas alternativas trazem a relação produzida no texto, entre a saúde e o uso da tecnologia, principalmente considerando que o texto todo está baseado na saúde no Brasil. Considerando tudo o que foi expressado pede-se a anulação da questão.			
<b>Recurso 02:</b> O gabarito provisório considerou, como correta, a alternativa D: "Sobretudo, a relação entre o automonitoramento com o auxílio dos smartphones". Todavia, analisando o texto, no 7º parágrafo, consta que o ex-ministro Temporão considera que os avanços tecnológicos geralmente beneficiam 'apenas uma			

casta de cidadãos'. Por isso a chegada da conclusão quanto ao não uso das tecnologias como deveríamos. Também no último parágrafo, com as palavras de Jarbas Barbosa, restou consignado que 'Ainda não utilizamos adequadamente tecnologias disponíveis há algumas décadas'. Por isso, a meu ver, a questão nº1 possui outra possível resposta, qual seja, a letra A: "Segundo o texto, não usamos as tecnologias como deveríamos". Sendo assim, requeiro procedência no recurso, para que seja considerada, como correta, também, a alternativa A.

**Recurso 03:** Qual a relação, produzida no texto, entre a saúde e o uso das tecnologias?

A. Segundo o texto, não usamos as tecnologias como deveríamos.

B. Não há relação entre a saúde e o uso das tecnologias, segundo o texto.

C. A relação se baseia num uso narcisista dos smartphones pela população.

D. Sobretudo, a relação entre um automonitoramento com o auxílio dos smartphones.

E. A relação estaria num uso específico de redes wi-fi para o monitoramento da saúde dos pacientes.

Tal questão tem como alternativa correta, pelo gabarito provisório da prova escrita, a alternativa D (Sobretudo, a relação entre um automonitoramento com o auxílio dos smartphones).

Contudo esta resposta encontra-se equivocada, pois na devida interpretação textual, o automonitoramento com o auxílio dos smartphones não passa de uma sugestão feita por Marcos Boscolo no texto.

Já no contexto geral do texto e, em sua conclusão, Barbosa, diretor presidente da Anvisa, afirma que "Ainda não utilizamos adequadamente tecnologias disponíveis há algumas décadas". Assim, caro examinador, entende-se que a conclusão textual, faz fechar o pensamento do autor e posicionamentos expostos no texto, sendo portanto a alternativa A (Segundo o texto, não usamos as tecnologias como deveríamos) a mais correta para apontar a relação, produzida no texto, entre a saúde e o uso das tecnologias.

Portanto a alternativa correta para esta questão deveria ser a alternativa A.

**Resposta ao Recurso:** A alternativa indicada como resposta correta a letra "D" em virtude de, o enunciado, solicitar a RELAÇÃO ENTRE SAÚDE E O USO, que se dá através de um automonitoramento com o auxílio dos smartphones. O enunciado não pede outra coisa que não seja "a relação entre a saúde e o uso". A letra A, indicada no recuso, como possibilidade de também ser uma alternativa correta é uma afirmativa categórica: não usamos as tecnologias como deveríamos e nada diz sobre a relação entre a saúde e o uso das tecnologias. Fala apenas de um uso inadequado, ou seja, justamente o oposto do que se propõe no enunciado da questão.

O enunciado da questão fala sobre A RELAÇÃO ENTRE A SAÚDE E O USO das tecnologias. A única alternativa que apresenta esta relação é a alternativa A.

A alternativa apontada como possível também de ser a correta fala especificamente sobre o uso inadequado das tecnologias e NADA sobre a relação entre a saúde e o uso das tecnologias como o enunciado solicita. OS recursos não procedem.

**RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO**

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
02	( ) Invalidar	(X) Manter	( ) Alterar
<b>Recurso 01:</b> A Letra E "A população brasileira tem uma maior expectativa de vida e isso produz uma população mais velha sem que se tenha um sistema de saúde			

eficiente." não pode ser considerada correta tendo em vista que a afirmação "a população brasileira tem uma maior expectativa de vida" induz ao entendimento de que tal afirmação é comparativa, ou seja, que a população brasileira tem uma maior expectativa de vida em relação aos países europeus, sendo que em nenhum momento do texto a expectativa de vida é mencionada, apenas o fator envelhecimento. De acordo com o parágrafo do texto em questão, "diferentemente dos países europeus, que tiveram mais tempo para se adequar, estamos assistindo a um envelhecimento muito rápido da população." A transição demográfica, afirmou nessa segunda (31) o diretor presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa, determina a necessidade da adaptação do sistema de saúde brasileiro, para prevenir e tratar doenças ligadas ao envelhecimento. É possível afirmar que o Brasil está assistindo a um envelhecimento muito rápido da população, devido ao fato de não ter adaptado o sistema de saúde brasileiro a partir das tecnologias existentes, de forma a prevenir e tratar doenças ligadas ao envelhecimento, diferentemente do ocorrido em países europeus.

**Recurso 02:** Em: "Estamos assistindo a um envelhecimento muito rápido da população" significa, segundo o texto, que

- A. alguma doença está afetando a população a ponto de jovens aparentarem mais idade do que têm.
- B. os jovens estão ficando velhos cada vez mais cedo em virtude da falta de planejamento individual.
- C. o envelhecimento da população está ligado à publicidade que promove à ingestão de álcool e de alimentos inadequados.
- D. diferentemente da Europa, os nossos jovens se envolvem com álcool e drogas muito cedo e isso produz um envelhecimento acelerado.
- E. a população brasileira tem uma maior expectativa de vida e isso produz uma população mais velha sem que se tenha um sistema de saúde eficiente.

Tal questão tem como alternativa correta, pelo gabarito provisório da prova escrita, a alternativa E (a população brasileira tem uma maior expectativa de vida e isso produz uma população mais velha sem que se tenha um sistema de saúde eficiente).

Contudo, caro examinador, em momento algum do texto se falou em expectativa de vida.

Como pode em uma pergunta interpretativa de uma frase que esta em consonância com o resto do texto, ser interpretada com algo que em momento algum aparece no texto.

A interpretação lógica de acordo com o texto é a alternativa C (o envelhecimento da população está ligado à publicidade que promove à ingestão de álcool e de alimentos inadequados), pois é clara esta manifestação no decorrer do texto, sendo presente no texto a seguinte frase "A propaganda obscena de cerveja e alimentos infantis", como motivo do crescimento da sobrepeso no país.

Portanto a alternativa correta para esta questão deveria ser a alternativa C.

**Resposta ao Recurso:** "Diferentemente dos países europeus, que tiveram mais tempo para se adequar, estamos assistindo a um envelhecimento muito rápido da população." Essa afirmação só faz sentido se estivermos pensando no nosso sistema de saúde que não se preparou em virtude da população estar envelhecendo.

População velha, significa, necessariamente, maior expectativa de vida ou a população não estaria velha.

"Envelhecimento muito rápido da população" só faz sentido se estivermos pensando na falta de preparo entre o sistema de saúde e a velhice.

Não há qualquer indicação na alternativa "E" de que se esteja fazendo uma

comparação. Ela apenas se refere à população brasileira. A leitura de qualquer texto deve ser realizada SEMPRE a partir das relações extratextuais, ou seja, em referência com tudo aquilo que não necessariamente é dito no texto, mas que produz sentido nele. População mais velha é uma outra forma de escrever sobre a maior expectativa de vida dos brasileiros. Esta leitura não é somente possível como necessária para a compreensão da relação entre o SUS e às transformações pelas quais o sistema deve passar.

**RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO**

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
04	<input type="checkbox"/> Invalidar	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>Recurso 01:</b> Foi considerada como correta a alternativa E: "às propagandas de alimentos infantis que veiculam seus produtos sem preocupação com a qualidade dos alimentos e ao excesso de propagandas de bebidas que estimulam o consumo". A questão refere-se, principalmente, à obscenidade da propaganda de cerveja, deixando, à interpretação genérica do candidato, a referência aos alimentos infantis. Desse modo, novamente acredita-se haver outra resposta possível à questão, qual seja, a letra A, a uma porque a primeira parte da oração está diretamente relacionada ao trecho "a propaganda obscena de cerveja", quando se refere à exploração do corpo feminino de maneira imoral; e, a duas, porque a segunda parte da oração se correlaciona à segunda parte do trecho da questão, qual seja "e alimentos infantis", o que dá margem a interpretar tanto pela veiculação, sem preocupação com a qualidade dos alimentos - como foi considerado correto na letra E -, bem como quanto às propagandas cujo controle não é realizado adequadamente, consoante disposto na letra A. Assim, requeiro seja considerada como certa, também, a alternativa A.</p>			
<p><b>Recurso 02:</b> 4, Em "A propaganda obscena de cerveja e alimentos infantis", o ex-ministro refere-se</p> <p>A. às propagandas de cerveja cuja exploração do corpo feminino é imoral e as propagandas de alimentos infantis cujo controle não é realizado adequadamente.</p> <p>B. às grandes quantidades de propagandas de cerveja que estimulam o seu consumo e as propagandas de alimentos infantis naturais.</p> <p>C. às propagandas que exploram as crianças sem se responsabilizarem pelo excesso de trabalho a que são submetidas e ao excesso de propagandas de bebidas alcoólicas.</p> <p>D. às propagandas de alimentos infantis que estimulam o consumo de açúcar, por exemplo, sem uma indicação específica e a às propagandas de cerveja cujas imagens são imorais.</p> <p>E. às propagandas de alimentos infantis que veiculam seus produtos sem preocupação com a qualidade dos alimentos e ao excesso de propagandas de bebidas que estimulam o consumo.</p> <p>Tal questão tem como alternativa correta, pelo gabarito provisório da prova escrita, a alternativa E (às propagandas de alimentos infantis que veiculam seus produtos sem preocupação com a qualidade dos alimentos e ao excesso de propagandas de bebidas que estimulam o consumo). Contudo a pergunta se refere à seguinte frase " A propaganda obscena de cerveja e alimentos infantis". Aonde na frase considerada correta pelo gabarito provisório encontra-se estampada a explicação para a palavra obscena utilizada na frase que deve ser interpretada? Devemos nos ater ao significado das palavras para não gerarmos a Babel. Obsceno é contrário ao pudor, portanto a alternativa que melhor se encaixaria como resposta correta na interpretação da frase exposta na pergunta,</p>			

seria a alternativa A (às propagandas de cerveja cuja exploração do corpo feminino é imoral e as propagandas de alimentos infantis cujo controle não é realizado adequadamente). A frase constante na alternativa A explica completamente a frase constante na pergunta "A propaganda obscena de cerveja e alimentos infantis", inclusive a palavra obscena, pois se refere à exploração do corpo feminino como imoral. Portanto a alternativa correta para esta questão deveria ser a alternativa A.

**Resposta ao Recurso:**

Não é todo anúncio/propaganda de cerveja que explora a imagem da mulher ou o corpo feminino. A obscenidade a que se refere não tem qualquer relação com a moralidade/imoralidade das propagandas referentes à sexualidade ou a exposição inadequada do corpo. Até porque isso não teria qualquer relação com o texto que fala sobre saúde.

Em nenhum momento do texto há referência a essas questões.

**RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO**

**1.2 MATÉRIA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ADVOGADO**

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
14	<input type="checkbox"/> Invalidar	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>Recurso 01:</b> Segundo disposto na legislação vigente assinale a alternativa correta.</p> <p>A. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização.</p> <p>B. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria, independentemente de compatibilidade de horários.</p> <p>C. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.</p> <p>D. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários.</p> <p>E. Quando extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável terá direito a indenização proporcional ao tempo de serviço.</p> <p>Tal questão tem como alternativa correta, pelo gabarito provisório da prova escrita, a alternativa D (É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários), contudo isso não deve prosperar. Vale expor que esta frase esta generalizando poder acumular cargos públicos remunerados quando há compatibilidade de horários. Porém a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, tem requisitos obrigatórios para serem validados. É preciso observar o que dispõe o inciso XVI, do Artigo 37 da Constituição Federal.</p> <p>"Art. 37. <i>omissis.</i></p> <p>XVI - <i>é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observando em qualquer caso o disposto no inciso XI:</i></p> <p><i>a) a de dois cargos de professor;</i></p> <p><i>b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;</i></p> <p><i>c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regu lamentadas;"</i></p> <p>Assim, não podemos generalizar a frase como fora feita na alternativa D da questão. A resposta que mais se encaixaria na questão é a da alternativa A, pois estampa claramente o constante no Artigo 41, §2 da Constituição Federal. <i>Verbis.</i></p> <p><i>Art. 41. omissis.</i></p> <p><i>§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele</i></p>			

reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Assim, a alternativa correta para esta questão deveria ser a alternativa A.

**Resposta ao Recurso:** Mantêm-se o gabarito sendo que a alternativa D é única que contempla o disposto no art. 37 da CF/88.

**RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO**

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
16	<input type="checkbox"/> Invalidar	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>Recurso 01:</b> A questão 16 possui a seguinte redação: Considerando a Lei de Licitação (8.666/93), esta confere à Administração.</p> <p>A alternativa que o gabarito apresentou como correta é a B, in verbis:</p> <p>B. a possibilidade de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público.</p> <p>Verifica-se desta alternativa que faltou uma palavra após o verbo modificar, a qual poderia tornar a frase verdadeira ou falsa.</p> <p>O que a administração pode modificar unilateralmente? Os contratos? Os editais? Os serviços contratados?</p> <p>Com isso, a depender do substantivo que se coloque após o verbo modificar, o sentido da frase pode mudar completamente, motivo pelo qual esta proposição não pode ser tida como correta.</p> <p>Assim, em razão desta omissão o candidato ficou impossibilitado de interpretar a questão e julgá-la correta ou não.</p> <p>Diante disso, verifica-se que não há alternativas corretas e a questão nº 16 deve ser anulada.</p>			
<p><b>Resposta ao Recurso:</b> Mantém alternativa B como CORRETA por ser a única alternativa que não fere o disposto na Lei de Licitação (8.666/93).</p>			
<b>RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO</b>			

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
20	<input checked="" type="checkbox"/> Invalidar	<input type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>Recurso 01:</b> Com relação a servidão predial, é incorreto afirma que:</p> <p>A. servidões prediais são as restrições às faculdades de uso e gozo que sofre a propriedade em benefício de alguém.</p> <p>B. não se extingue pelo falecimento do dono do prédio dominante ou do prédio serviente.</p> <p>C. têm por objetivo precípuo proporcionar uma aparência mais bela ao imóvel.</p> <p>D. não se extingue pela confusão.</p> <p>E. extingue-se pela constituição de hipoteca sobre o prédio serviente.</p> <p>Tal questão tem como alternativa correta, pelo gabarito provisório da prova escrita, a alternativa C (têm por objetivo precípuo proporcionar uma aparência mais bela ao imóvel). Contudo não é somente esta alternativa que encontra-se incorreta.</p> <p>Tendo como base os ensinamentos do site Central Jurídica, podemos ver junto ao endereço <a href="http://www.centraljuridica.com/doutrina/111/direito_civil/servidoes_prediais.html">http://www.centraljuridica.com/doutrina/111/direito_civil/servidoes_prediais.html</a>, que a servidão predial se extingue pela confusão.</p> <p>A Central Jurídica coloca que "A servidão predial extingue-se pela: d) pela confusão". Outro ponto a ser analisado, é a resposta "pela confusão" para a</p>			

questão "Extingue-se a servidão predial" na prova da OAB/SP.

Assim, caro examinador, é INCORRETO afirmar que a Servidão Predial não se extingue pela confusão. Portanto, a alternativa correta para esta questão deveria ser a alternativa D.

**Recurso 02:** A questão nº 20 possui a seguinte redação: Com relação a servidão predial, é INCORRETO afirma que. Alternativa correta, segundo o gabarito: C. têm por objetivo precípuo proporcionar uma aparência mais bela ao imóvel. Contudo, além desta alternativa, a alternativa D também está incorreta, uma vez que a servidão predial se extingue pela confusão.

Explica-se: Inicialmente, a alternativa D possui a seguinte redação: "não se extingue pela confusão".

Ocorre que por previsão expressa do art. 1389, I, do Código Civil, a confusão extingue a servidão predial. Vejamos:

Art. 1.389. Também se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção:

I - pela reunião dos dois prédios no domínio da mesma pessoa;

Segundo a professora de Direito Civil Maria Helena Diniz, confusão pode ser definida como "o concurso em uma mesma pessoa das qualidades de credor e devedor, por ato "inter vivos" ou "mortis causa", operando a extinção do crédito, pois ninguém pode se credor e devedor de si mesmo (DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 333).

No mesmo sentido, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho apontam que a confusão "opera-se quando as qualidades de credor e devedor são reunidas em uma mesma pessoa, extinguindo-se, conseqüentemente, a relação jurídica obrigacional". (GAGLIANO, Pablo Stolze e FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Volume 2. Obrigações. 14ª ed. São Paulo:Saraiva, 2013. p. 277).

Stolze exemplifica: "É o que ocorre quando um sujeito é devedor de seu tio, e, por força do falecimento deste, adquire, por sucessão, a sua herança. Em tal hipótese passará a ser credor de si mesmo, de forma que o débito desaparecerá por meio da confusão". (GAGLIANO, Pablo Stolze e FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Volume 2. Obrigações. 14ª ed. São Paulo:Saraiva, 2013. p. 277).

Ao tratar do assunto "Das servidões", o professor Flávio Tartuce comenta sobre as regras relativas à sua extinção e afirma:

"Por derradeiro, enuncia o art. 1389 que também se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção: a) pela reunião dos dois prédios no domínio da mesma pessoa (confusão real)". (TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Editora Método, 2014, p. 776 e 777).

Sendo assim, quando os dois prédios, dominante e serviente passam ao domínio de uma única pessoa de forma permanente, ocorre a confusão.

Com isso, extrai-se que o a frase constante do inciso I do Código Civil "*pela reunião dos dois prédios no domínio da mesma pessoa*", corresponde a caso de confusão, conforme explicou o professor Flávio Tartuce.

Assim, é incorreto afirmar que a servidão predial não se extingue pela confusão, pois ela se extingue. Portanto, as alternativas C e D poderiam ser assinaladas como incorretas, razão pela qual a questão nº 20 deve ser anulada.

Resposta ao Recurso: Anulada; Alternativa C e D estão corretas

**RECURSO PROCEDE: INVALIDAR A QUESTÃO**

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
21	<input type="checkbox"/> Invalidar	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>Recurso 01:</b> De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, o agravo de instrumento terá a sua petição instruída obrigatoriamente com cópias da A. decisão agravada, da certidão da respectiva intimação. da petição inicial, contestação e da procuração outorgada ao advogado do agravante, apenas.</p> <p>B. decisão agravada e da certidão da respectiva intimação, apenas,</p> <p>C. decisão agravada, da petição inicial, contestação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.</p> <p>D. decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.</p> <p>E. certidão da respectiva intimação, da petição inicial, contestação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.</p> <p>Caro examinador, a matéria nesta questão cobrada não se encontrava expressa no edital de abertura do 2º PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA AGENTES UNIVERSITÁRIOS-2015.</p> <p>Os Conteúdos programáticos para o cargo de Advogado foram:</p> <p>1) CARGO: AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR LÍNGUA PORTUGUESA. Compreensão e interpretação de textos. Reconhecimento da finalidade de textos de diferentes gêneros. Localização de informações explícitas no texto. Inferência de sentido de palavras e/ou expressões. Inferência de informações implícitas no texto. Interpretação de linguagem não verbal (tabelas, fotos, quadrinhos etc). Reconhecimento das relações lógico-discursivas presentes no texto. Reconhecimento das relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para sua continuidade. Reconhecimento de efeitos de sentido decorrentes do uso de notações. Identificação de diferentes estratégias que contribuem para a continuidade do texto.</p> <p>MATEMÁTICA. Números Reais. Razão e Proporção. Regra de Três Simples. Juros Simples e Juros Compostos. Desconto Composto. Perímetro e área de figuras geométricas planas. Equações de primeiro grau. Equações de segundo grau. Sistema de equações lineares. Funções. Estatística: média, análise de tabelas e gráficos.</p> <p>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ADVOGADO Direito Administrativo: Administração Pública: noção e objeto. Regime jurídico-administrativo. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública Direta e Indireta: órgãos e pessoas jurídicas. Autarquias. Autarquias Especiais: Agências Reguladoras e Agências Executivas. As diversas espécies de Contratos Administrativos. Convênios Administrativos, Contratos de Gestão e Termos de Parceria. Formação dos Contratos Administrativos. Licitação: Conceito, Fundamentos, Modalidades e Procedimentos. Pregão. Licitação e contratos nas concessões e permissões de serviços públicos, nas parcerias público-privadas e nos serviços de publicidade. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). A legislação paranaense de licitações e contratos. Execução dos Contratos Administrativos. Utilização e ocupação dos Bens Públicos: Permissão e Concessão de Uso, Aforamento, Concessão de domínio pleno. O Tribunal de Contas. Sistemas de Controle Jurisdicional. Sistema Brasileiro: Controle pelo Poder Judiciário. Formas Procedimentais Específicas. Agentes Públicos. Regime Constitucional dos Servidores Públicos. Organização do Quadro de Pessoal no Serviço Público. Direitos, Deveres e Responsabilidade. Processo e Procedimento Administrativo. Sindicância. Fases do Processo Administrativo. Regimento Geral da UNIOESTE e Estatuto da UNIOESTE.</p>			



Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Posto isso, é claríssimo que a questão subscrita deve ser ANULADA, pois a matéria nela cobrada, Código de Processo Civil brasileiro, não se encontrava no edital.
<b>Resposta ao Recurso:</b> Mantêm-se o gabarito posto que as demandas contra a Fazenda Pública, inequivocamente utiliza-se da legislação processual civil.
<b>RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO</b>

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
<b>22</b>	<input type="checkbox"/> Invalidar	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>Recurso 01:</b> Dispõe o enunciado da questão nº 22: Quanto ao recurso embargos infringentes, é correto afirmar que o/a. A alternativa tida por correta é a A, vejamos:</p> <p>A. recurso cabível quando o julgado proferido em apelação e ação rescisória não for unânime.</p> <p>Entretanto, está proposição está incorreta e, conseqüentemente, a questão nº 22 deverá ser anulada: Explica-se:</p> <p>O artigo 530 do Código de Processo Civil estabelece, quanto aos embargos infringentes, que:</p> <p>Art. 530. <u>Cabem embargos infringentes</u> quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou <u>houver julgado procedente ação rescisória</u>. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência. (Sem grifos no original).</p> <p>Diante disso, não é correto afirmar que quando o julgado proferido em ação rescisória não for unânime contra ele cabe recurso de embargos infringentes. Isto porque o Código de Processo Civil é claro ao afirmar que só cabe o recurso de embargos infringentes se a ação rescisória for julgada procedente. Se a ação rescisória for julgada improcedente, não cabem embargos infringentes. Então, não é verdade que, automaticamente, cabem embargos infringentes quando o julgamento da ação rescisória não for unânime. Ora, se a ação rescisória for julgada improcedente, não é cabível o recurso de embargos infringentes.</p> <p>Corroborando este entendimento, o professor de processo civil Fredie Didier Junior, assim afirmou:</p> <p>Com o advento da Lei nº 10.352/2001, restaram modificadas as hipóteses de cabimento dos embargos infringentes, em razão de alteração do texto do art. 530 do CPC, que agora tem a seguinte redação: "Art. 530. Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência." Daí se percebe que o cabimento dos embargos infringentes ficou ainda mais restrito.</p> <p>Quanto à ação rescisória, não serão mais cabíveis os embargos infringentes quando o acórdão não unânime: a) não admitir a ação rescisória; ou b) julgar improcedente o pedido nela formulado, confirmando o pronunciamento judicial rescindendo". (JUNIOR, Fredie Didier e CUNHA, Leonardo José Carneiro. Curso de Direito Processual Civil. Volume 3. 10a ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2012. P. 234).</p> <p>Sendo assim, entende-se que a questão foi mal formulada, pois, não cabem embargos infringentes em todos os casos de julgamento da ação rescisória. Conforme visto, se a ação rescisória for julgada improcedente, não cabe o recurso de embargos infringentes.</p>			

Conclui-se, então, que não se pode afirmar que o recurso de embargos infringentes é recurso cabível quando o julgado proferido em apelação e ação rescisória não for unânime, porque quando a ação rescisória for julgada improcedente, não cabem embargos infringentes, devendo ser anulada a questão nº 22.

**Resposta ao Recurso:** Mantêm-se gabarito, alternativa A, conforme disposto no art. 530 CPC

*Art. 530 - Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.*

**RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO**

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
23	<input checked="" type="checkbox"/> Invalidar	<input type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<p><b>Recurso 01:</b> A matéria cobrada na questão 23 diz respeito ao Processo Civil. Todavia, o Edital do Teste Seletivo, em seu Anexo III, de fls. 37, item 1, considerou, como conhecimentos específicos do cargo Agente Universitário de Nível Superior - Advogado, apenas as matérias de Direito Administrativo e Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, como aquelas relacionadas ao Direito. Sendo assim, a prova não poderia ter cobrado matéria não prevista no edital, consoante fundamentado. Deste modo, requeiro a anulação da questão, com a atribuição da pontuação correspondente.</p> <p><b>Recurso 02:</b> A questão nº 23 possui o seguinte enunciado: 23. Sobre sentença e coisa julgada, assinale a afirmativa correta. De acordo com o gabarito, a resposta correta é a letra A. Vejamos: A. Ultrapassado o prazo decadencial para a propositura de ação rescisória, a sentença proferida por juízo incompetente não mais poderá ser alterada e seguirá produzindo seus efeitos normalmente. Contudo, a alternativa E também está correta, in verbis: E. A sentença que extingue o processo sem resolução do mérito, não impede a repropositura de ação idêntica. Fundamenta-se: O art. 267 do Código de Processo Civil menciona as hipóteses em que o processo poderá ser extinto sem resolução de mérito, quais sejam: Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: I - quando o juiz indeferir a petição inicial; II - quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; IV - quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; V - quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada; VI - quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual; VII - pela convenção de arbitragem; VIII - quando o autor desistir da ação; IX - quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal; X - quando ocorrer confusão entre autor e réu; XI - nos demais casos prescritos neste Código. Por sua vez, o artigo 268 do Código de Processo Civil estabelece expressamente que a extinção do processo sem resolução de mérito não obsta a que o autor intente de novo a ação. Vejamos: Art. 268. Salvo o disposto no art. 267, V, a extinção do processo não obsta a que o autor intente de novo a ação. A petição inicial, todavia, não será despachada sem a prova do pagamento ou do depósito das custas e dos honorários de advogado. Assim, segundo o supracitado artigo, as sentenças terminativas, por não versarem sobre o mérito da causa, não impedem a renovação da demanda, nos mesmos termos</p>			

em que apresentada anteriormente. Ao tratar do assunto, o processualista Fredie Didier Junior afirma que: "O legislador excepciona expressamente, no entanto, a sentença fundada no inciso V do art. 267, que versa sobre os "pressupostos processuais" objetivos extrínsecos (perempção, litispendência e coisa julgada): neste caso, há vedação expressa de repetição da causa. A proibição estende-se também à extinção do processo em razão da existência de convenção de arbitragem (inciso VII), pressuposto negativo, pela total identidade de ratio, que autoriza a analogia". (JUNIOR, Fredie Didier. Extinção do processo (arts. 267, 268 e 269 do CPC). Disponível no site <[http://ww3.lfg.com.br/material/fredie/int\\_pcivil\\_30\\_10.pdf](http://ww3.lfg.com.br/material/fredie/int_pcivil_30_10.pdf)>. Acesso em 27/10/2015). Diante disso, é patente que a extinção do processo sem resolução de mérito não impede a repropositura da demanda, a não ser que o processo tenha sido extinto em razão de perempção, litispendência ou coisa julgada, conforme estabelece o art. 268 do CPC. Com isso, é verdadeira a afirmação de que a sentença que extingue o processo sem resolução do mérito não impede a repropositura de ação idêntica, devendo ser anulada a questão nº 23, em razão de possuir duas alternativas corretas.

**Recurso 03:** Sobre sentença e coisa julgada, assinale a afirmativa correta

- A. Ultrapassado o prazo decadencial para a propositura de ação rescisória, a sentença proferida por juízo incompetente não mais poderá ser alterada e seguirá produzindo seus efeitos normalmente.
- B. A coisa soberanamente julgada ocorre após transcurso do prazo decadencial para propositura da ação rescisória.
- C. A decisão que homologa um acordo entre as partes tem natureza jurídica de sentença terminativa, ensejando a extinção do feito sem resolução do mérito.
- D. A decisão que indefere a inicial em razão do reconhecimento da perempção, litispendência ou prescrição faz coisa julgada material e formal.
- E. A sentença que extingue o processo sem resolução do mérito, não impede a repropositura de ação idêntica.

Caro examinador, a matéria nesta questão cobrada não se encontrava expressa no edital de abertura do 2o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA AGENTES UNIVERSITÁRIOS-2015. Os Conteúdos programáticos para o cargo de Advogado foram:

1) CARGO: AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR LÍNGUA PORTUGUESA. Compreensão e interpretação de textos. Reconhecimento da finalidade de textos de diferentes gêneros. Localização de informações explícitas no texto. Inferência de sentido de palavras e/ou expressões. Inferência de informações implícitas no texto. Interpretação de linguagem não verbal (tabelas, fotos, quadrinhos etc). Reconhecimento das relações lógico-discursivas presentes no texto. Reconhecimento das relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para sua continuidade. Reconhecimento de efeitos de sentido decorrentes do uso de notações. Identificação de diferentes estratégias que contribuem para a continuidade do texto.

MATEMÁTICA. Números Reais. Razão e Proporção. Regra de Três Simples. Juros Simples e Juros Compostos. Desconto Composto. Perímetro e área de figuras geométricas planas. Equações de primeiro grau. Equações de segundo grau. Sistema de equações lineares. Funções. Estatística: média, análise de tabelas e gráficos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ADVOGADO Direito Administrativo: Administração Pública: noção e objeto. Regime jurídico-administrativo. Fontes do Direito

Administrativo. Administração Pública Direta e Indireta: órgãos e pessoas jurídicas. Autarquias. Autarquias Especiais: Agências Reguladoras e Agências Executivas. As diversas espécies de Contratos Administrativos. Convênios Administrativos, Contratos de Gestão e Termos de Parceria. Formação dos Contratos Administrativos. Licitação: Conceito, Fundamentos, Modalidades e Procedimentos. Pregão. Licitação e contratos nas concessões e permissões de serviços públicos, nas parcerias público-privadas e nos serviços de publicidade. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). A legislação paranaense de licitações e contratos. Execução dos Contratos Administrativos. Utilização e ocupação dos Bens Públicos: Permissão e Concessão de Uso, Aforamento, Concessão de domínio pleno. O Tribunal de Contas. Sistemas de Controle Jurisdicional. Sistema Brasileiro: Controle pelo Poder Judiciário. Formas Procedimentais Específicas. Agentes Públicos. Regime Constitucional dos Servidores Públicos. Organização do Quadro de Pessoal no Serviço Público. Direitos, Deveres e Responsabilidade. Processo e Procedimento Administrativo. Sindicância. Fases do Processo Administrativo. Regimento Geral da UNIOESTE e Estatuto da UNIOESTE. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Posto isso, é claríssimo que a questão subscrita deve ser ANULADA, pois a matéria nela cobrada, sentença e coisa julgada, não encontrava-se no edital.

**Recurso 04:** A questão nº 23 possui o seguinte enunciado: Sobre sentença e coisa julgada, assinale a afirmativa correta. De acordo com o gabarito, a resposta correta é a letra A. Vejamos:

A. Ultrapassado o prazo decadencial para a propositura de ação rescisória, a sentença proferida por juízo incompetente não mais poderá ser alterada e seguirá produzindo seus efeitos normalmente.

Contudo, a alternativa E também está correta, in verbis:

E. A sentença que extingue o processo sem resolução do mérito, não impede a repropositura de ação idêntica.

Fundamenta-se: O art. 267 do Código de Processo Civil menciona as hipóteses em que o processo poderá ser extinto sem resolução de mérito, quais sejam:

Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: I - quando o juiz indeferir a petição inicial;

II- quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

III- quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

IV- quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

V- quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada;

VI- quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual;

VII- pela convenção de arbitragem; VIII - quando o autor desistir da ação;

VIII - quando o autor desistir da ação;

IX- quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal;

X- quando ocorrer confusão entre autor e réu;

XI- nos demais casos prescritos neste Código.

Por sua vez, o artigo 268 do Código de Processo Civil estabelece expressamente que a extinção do processo sem resolução de mérito não obsta a que o autor intente de novo a ação. Vejamos:

Art. 268. Salvo o disposto no art. 267, V, a extinção do processo não obsta a que o autor intente de novo a ação. A petição inicial, todavia, não será despachada

sem a prova do pagamento ou do depósito das custas e dos honorários de advogado.

Assim, segundo o supracitado artigo, as sentenças terminativas, por não versarem sobre o mérito da causa, não impedem a renovação da demanda, nos mesmos termos em que apresentada anteriormente.

Ao tratar do assunto, o processualista Fredie Didier Junior afirma que:

"O legislador excepciona expressamente, no entanto, a sentença fundada no inciso V do art. 267, que versa sobre os "pressupostos processuais" objetivos extrínsecos (perempção, litispendência e coisa julgada): neste caso, há vedação expressa de repetição da causa. A proibição estende-se também à extinção do processo em razão da existência de convenção de arbitragem (inciso VII), pressuposto negativo, pela total identidade de ratio, que autoriza a analogia". (JUNIOR, Fredie Didier. Extinção do processo (arts. 267, 268 e 269 do CPC). Disponível no site < [http://ww3.lfg.com.br/material/fredie/int\\_pcivil\\_30\\_10.pdf](http://ww3.lfg.com.br/material/fredie/int_pcivil_30_10.pdf)>. Acesso em 27/10/2015).

Diante disso, é patente que a extinção do processo sem resolução de mérito não impede a repositura da demanda, a não ser que o processo tenha sido extinto em razão de perempção, litispendência ou coisa julgada, conforme estabelece o art. 268 do CPC.

Com isso, é verdadeira a afirmação de que a sentença que extingue o processo sem resolução do mérito não impede a repositura de ação idêntica, devendo ser anulada a questão nº 23, em razão de possuir duas alternativas corretas.

**Resposta ao Recurso:** duplicidade de interpretações.

**RECURSO PROCEDE: INVALIDAR A QUESTÃO**

## NÍVEL MÉDIO

### 2.1 MATÉRIA: PORTUGUÊS

QUESTÃO	RESULTADO QUESTÃO		
01	<input type="checkbox"/> Invalidar	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>Recurso 01:</b> O enunciado da questão pede claramente sobre as identidades de gênero no Facebook. No texto, Claudia Castrosín diz que por serem infinitas, referindo-se ao contexto fora da rede social, o Facebook não contempla todas as opções, sendo então, finitas as identidades de gênero na rede social. Dessa forma, deduz-se que no Facebook as identidades de gênero NÃO são infinitas. Portanto, a resposta que mais atende ao enunciado é a da opção "A" e não a que é apresentada no gabarito provisório.			
<b>Resposta ao Recurso:</b> Tudo o que se diz no texto sobre identidade de gênero tem relação direta com o fato do Facebook disponibilizar a opção de gênero personalizada. É a partir disso que o texto se organiza. O fato de no Facebook aparecer 54 opções não quer dizer que somente essas existam. Isso fica claro no texto, sobretudo, a partir da fala de Claudia Castrosín. Segundo a vice-presidente da Federação LGBT existem muitas identidades, MAS na verdade são infinitas e como são infinitas, seguramente não poderemos contemplar todas elas. Não poder contemplar todas elas diz respeito ao Facebook, uma vez que elas existem no mundo.			
<b>RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO</b>			

QUESTÃO	RESULTADO QUESTÃO		
02	<input type="checkbox"/> Invalidar	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>Recurso 01:</b> A questão estava confusa			
<b>Resposta ao Recurso:</b> O recurso afirma que "a questão 2 estava confusa", mas não especifica em que sentido essa confusão se dá? Para que o recurso seja analisado é necessário/fundamental que haja algum argumento em torno de uma dúvida, incerteza, problema na elaboração etc. Dizer que a questão "está/estava confusa" não especifica a razão do recuso e muito menos dá ao elaborador um caminho para pensar num possível problema. Portanto, como não há uma indicação da "confusão" mencionada pelo recurso.			
<b>RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO</b>			

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
04	<input type="checkbox"/> Invalidar	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>Recurso 01:</b> O enunciado da questão faz referência à inclusão das 54 opções de identidade de gênero, que ocorreu no Facebook. No texto, Claudia Castrosín afirma que apesar de serem incluídas mais 54 opções de gênero a rede social não contempla todas as opções, portanto não são infinitas. Dessa forma, as alternativas "A" e "B" estão corretas, anulando a questão.			
<b>Resposta ao Recurso:</b> A única alternativa que não se pode afirmar é a alternativa "A", justamente porque ali afirma-se que as 54 opções foi/é uma imposição do Facebook. O texto deixa bem claro que as categorias foram elaboradas por organizações que militam pela diversidade sexual na Argentina.			
<b>RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO</b>			

## 2.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
11	<input type="checkbox"/> Invalidar	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>Recurso 01:</b> Pergunta muito extensa, com dificuldade de entendimento.			
<b>Resposta ao Recurso:</b> Não está claro o questionamento.			
<b>RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO</b>			

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
19	<input type="checkbox"/> Invalidar	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>Recurso 01:</b> Solicito recurso da questão 19, pois a alternativa incorreta é a "A" e não a "B" como anunciado. Não é verdade que as iniciais do "digitador" do ofício devam aparecer no pé da página do documento. Por isso, a alternativa correta deve ser mudada para "A".			
<b>Resposta ao Recurso:</b> Conforme o Autor: Medeiros, João Bosco, na correspondência oficial - Ofício, as iniciais do nome e sobrenome do digitador, fazem parte da redação do documento.			
<b>RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO</b>			

## 2.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO EM ANATOMIA E NECROPSIA

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
18	<input checked="" type="checkbox"/> Invalidar	<input type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>Recurso 01:</b> questão 18 apresenta 5 situações para julgamento e solicita que se assinale a opção correta. No caso, o gabarito apresentado é a opção "A" que considerou correto. Defendo que o item está incorreto pois, quanto maior intervalo entre a morte e a fixação, maior será o processo de decomposição e deterioração das peças, prejudicando uma boa fixação anatômica para estudos.			
<b>Resposta ao Recurso:</b> Houve falha na elaboração da questão.			
<b>RECURSO PROCEDE: INVALIDAR A QUESTÃO</b>			

## 2.4 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ESTATUTO E REGIMENTO DA UNIOESTE

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
30	<input type="checkbox"/> Invalidar	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>Recurso 01:</b> Na questão 30, o enunciado não está completo o que gera uma confusão com as alternativas, pois, de acordo com o Art. 54 § 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola, como foi omitida do texto a parte "junto aos pais ou responsável", gera dúvida, pois garantir a frequência dos educandos não é responsabilidade exclusiva do poder público e sim dele junto à família. Diante dos argumentos apresentados, é possível interpretar mais de uma resposta correta, portanto pede-se invalidação da questão.			
<b>Recurso 02:</b> Considerando que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/90, Art.54, § 3º, afirma que a responsabilidade de recensear os alunos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar pela frequência é dever do Poder Público, juntamente com pais e responsáveis, analiso que a opção correta, contida no gabarito, está incompleta, uma vez que não é apenas dever do Poder Público, nem apenas dever da família, mas sim de ambas as partes cumprir as atividades supracitadas. Sendo assim, venho por meio deste, requerer a anulação da referida questão. Obrigada!			
<b>Resposta ao Recurso:</b> Conforme Art. 54, parágrafo 3º, da Lei 8069/90, "Compete ao PODER PÚBLICO recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola".			
<b>RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO</b>			

## AGENTE OPERACIONAL

### 3.1 CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO	RESULTADO DA QUESTÃO		
14	<input type="checkbox"/> Invalidar	<input checked="" type="checkbox"/> Manter	<input type="checkbox"/> Alterar
<b>Recurso 01:</b> O recurso referido é sobre a questão 14, de conhecimentos gerais, o gabarito dá como correta a alternativa E, mas discordo, reescrevo a questão; Ao considerar a economia como tópico relevante e atual, considerando suas inter-relações e vinculações históricas, é correto afirmar que: E. a corrupção configura-			

se como um mal que afeta diretamente a condição econômica, inviabilizando a possibilidade de investimento que atendam as demandas sociais mais necessárias e fundamentais.

Definição de inviabilizar: que não se pode executar, descondicionar, inexecutável, tornar inviável.

Concordo que a corrupção desvia os recursos que poderiam ser melhores investidos, mas na questão o uso do termo: inviabilizando, deixa um entendimento que a corrupção toma, desvia, rouba todo o recurso e seguindo a ponto na questão: as demandas sociais mais necessárias e fundamentais, deixa a entender um caráter de imediatismo de ajuda social, que não pode ser suprido por falta de recurso fruto da corrupção, isso ocorre em alguns países sem dúvida, porém o termo radicalizou deixando uma conotação que isso ocorre por todo o lugar o que não é verdadeiro, em países mais desenvolvidos. Se existem demandas sociais mais necessárias e fundamentais elas devem e são supridas por outras organizações, claro não na sua totalidade, como: ONU, Médicos sem fronteiras, etc... Existe o recurso que é investido socialmente, a alternativa E, descaracteriza qualquer investimento, e valendo-se do termo: vinculações históricas na pergunta da questão, não se pode dizer que a corrupção foi sempre avassaladora e totalmente desqualificadora por tornar inexecutável as demandas sociais mais necessárias e fundamentais. Pode-se entender ou inferir muitas definições para o termo: demandas sociais mais necessárias e fundamentais. como por exemplo: necessidade de prover alimentação para determinada população, ajuda médica, intervenção militar, risco de epidemia.

**Resposta ao Recurso:** Quanto à solicitação de resposta ao recurso apresentado por Junior Habowski em relação à questão 14, creio que houve um erro comunicação por parte do recorrente. Ao afirmar que o recurso é sobre a questão de número 14, o mesmo faz a transcrição de outra questão que é a de número 04.

Em relação à questão de número 14, entendo que a mesma está adequadamente apresentada e penso que não é sobre ela que recai a solicitação de resposta.

Entendo, portanto, que a questão do recorrente seja a de número 04, que traz como enunciado: "Ao considerar a economia como tópico relevante e atual, considerando suas inter-relações e vinculações históricas, é correto afirmar que:"

A alternativa correta é a de letra: "E" - "A corrupção configura-se como um mal que afeta diretamente a condição econômica, inviabilizando a possibilidade de investimentos que atendam as demandas sociais mais necessárias e fundamentais".

O recorrente tem o direito de não concordar com a questão, o que não a torna incorreta. A argumentação utilizada faz referência ao uso do termo "inviabilizando", o qual afirma que a expressão lhe permite um entendimento que a corrupção rouba todo o recurso destinado às demandas sociais mais necessárias e fundamentais. Também concordo que a corrupção não rouba todo o recurso destinado às demandas sociais mais necessárias e fundamentais. E a questão não afirma isso.

Quanto ao caráter de imediatismo de ajuda social que não pode ser suprido por falta de recurso fruto da corrupção, isso é divagação do recorrente e tal argumentação não faz parte da questão proposta, esse entendimento é exclusivo do recorrente, não da questão proposta.

Quanto à afirmação de radicalização do termo, a mesma é uma interpretação exclusiva do recorrente, que eu respeito, mas não é isso que a alternativa afirma. A alternativa afirma apenas que "a corrupção inviabiliza a possibilidade de investimentos às demandas sociais mais necessárias e fundamentais". A



argumentação do recorrente segue a partir de uma premissa falsa, a da radicalização, o que não permite afirmar que a alternativa esteja incorreta, por isso mantém a alternativa correta da questão.

**RECURSO NÃO PROCEDE: MANTER A QUESTÃO**

Publique-se e cumpra-se.

Cascavel, 03 de novembro de 2015.

CARLOS ROBERTO CALSSAVARA  
**Coordenador de Concursos e Processos Seletivos**  
Portaria nº 0987/2012-GRE